

O CONTROLE JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

*Maria Cristina Teixeira**
*Anna Christina Kauf Paiuca***
*José Sebastião Vieira Bicalho****

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo identificar a atuação do Supremo Tribunal Federal quanto à efetivação de direitos fundamentais pelo Poder Executivo no que se refere à realização de políticas públicas relativas aos direitos sociais, especialmente a educação infantil. Inicialmente, conceitua os direitos fundamentais e descreve brevemente sua evolução para identificar o direito à educação como direito social. A seguir, examina os institutos da reserva do possível e do mínimo existencial, utilizados pelo Estado para a análise da concretização dos direitos sociais, especialmente, neste trabalho, da educação infantil. Indica também o delineamento da atuação do Judiciário como fiscalizador do Executivo e Legislativo para essas ações.

Palavras-chaves: Direito à educação, educação infantil, políticas públicas, direitos sociais

* Doutoranda e Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora de Direito Constitucional, Direito Processual Administrativo e Direito Processual Constitucional do Curso de Direito da Universidade Metodista de São Paulo. Professora de Direito Administrativo e Direito Tributário do Curso de Direito do Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Professora-associada do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional.

** Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Metodista de São Paulo. Pós-Graduada em Administração na área de Qualidade nas Organizações pelo Centro Universitário Nove de Julho – Uninove. Aluna do 8º semestre do Curso de Direito da Universidade Metodista de São Paulo.

*** Servidor Público da Prefeitura de São Bernardo do Campo. Aluno do 8º semestre do Curso de Direito da Universidade Metodista de São Paulo.

ABSTRACT

This article aims to identify the actions of the Supreme Court as to the effectiveness of fundamental rights by the Executive as regards the implementation of public policies on social rights, especially the children's education. Initially, conceptualized the fundamental rights and briefly describes its evolution. Passes, then, to identify the right to education as a social right. Next, examines the institutes of the reservation as possible and the existential minimum, the state used for the analysis of the implementation of social rights, especially in this work, early childhood education. The following shows the design of the supervisory role of the judiciary and the executive and legislative branch for such actions.

Keywords: Right to education, early childhood education, public policy, social rights

INTRODUÇÃO

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem a função de guardião da Constituição, com competência relativa ao exame e à interpretação de matérias constitucionais, conforme assinalado no artigo 102 da Constituição. Referida atividade é realizada precipuamente por meio do controle de constitucionalidade das leis e atos normativos dos poderes públicos.¹

O Estado, em sua conduta, se sujeita à jurisdição constitucional do STF quando, em sua atuação positiva, contraria preceitos e princípios da Lei Fundamental, ou, omissivamente, deixa de cumprir as medidas necessárias à concretização deles, conforme se verifica da previsão relativa ao controle concentrado de constitucionalidade por ação e omissão indicados, respectivamente, pela Constituição nos artigos 102, I, *a*, III e 103, § 2º.

A proteção outorgada ao Colendo Tribunal se mostra claramente quando analisamos as diversas decisões emanadas em casos concretos como, por exemplo, o recurso Agravo de Instrumento nº 677274/SP de Relatoria do ministro Celso de

¹ NOVELINO, Marcelo. **Direito Constitucional**. 3. ed. São Paulo: Método, 2009, p. 216.

Mello, que ratificou a eficácia dos direitos básicos de índole social diante da inércia do Poder Público Municipal da Cidade de São Paulo em atender à demanda de vagas em creches e na pré-escola para crianças de até cinco anos de idade:

EMENTA: CRIANÇA DE ATÉ SEIS ANOS DE IDADE. ATENDIMENTO EM CRECHE E EM PRÉ-ESCOLA. EDUCAÇÃO INFANTIL. DIREITO ASSEGURADO PELO PRÓPRIO TEXTO CONSTITUCIONAL (CF, ART. 208, IV). COMPREENSÃO GLOBAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO. DEVER JURÍDICO CUJA EXECUÇÃO SE IMPÕE AO PODER PÚBLICO, NOTADAMENTE AO MUNICÍPIO (CF, ART. 211, § 2º). RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Tal decisão, por garantir os chamados direitos de segunda geração, merece um estudo aprofundado, objeto do presente artigo, cuja abordagem será distribuída entre os tópicos: direitos fundamentais, reserva do possível, mínimo existencial e controle judicial das políticas públicas.

1 – DIREITOS FUNDAMENTAIS

Segundo Paulo Bonavides², citando Carl Schmitt, direitos fundamentais “são, na essência, [...] os direitos do homem livre e isolado, direitos que possui em face do Estado”. Por conseguinte, tais direitos buscam a realização da dignidade humana em todas as dimensões, motivo pelo qual foram juridicamente instituídos para resguardar o homem em sua liberdade, suas necessidades e na preservação, calcados no tripé direitos individuais – direitos sociais, econômicos e culturais – direitos relacionados à fraternidade e solidariedade.

Os direitos fundamentais evoluíram historicamente, tendo sido sistematizados a partir da Revolução Francesa e da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, na qual foram indicados os direitos individuais, de nacionalidade e cidadania (pri-

² BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 561.

meira geração ou dimensão), passando, no início do século passado, para os direitos sociais (segunda geração ou dimensão), inseridos em primeiro lugar nas Constituições do México (1917) e da Alemanha (1919) e nos direitos de solidariedade (terceira geração ou dimensão), discutidos e previstos a partir da segunda metade do século XX, sem que houvesse a exclusão, mas sim a complementação da geração anterior pela subsequente.

Observe-se, a esse respeito, o entendimento de Paulo Bonavides³ sobre a existência também de uma quarta geração de direitos fundamentais que se relaciona ao processo de globalização.

1.1 – Direitos sociais

Conjuntamente com os direitos individuais, coletivos, de nacionalidade e de cidadania, os direitos sociais são uma espécie de direitos fundamentais. Segundo José Afonso da Silva⁴,

[...] são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitem melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais.

Constitucionalmente garantidos, os direitos sociais foram indicados no artigo 6º da Carta Magna, nos seguintes termos: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” Os direitos relativos ao trabalho foram discriminados nos artigos 7º a 11 e nos demais no Título VIII do texto constitucional. Têm como finalidade possibilitar a superação das carências individuais e sociais, mediante ações previstas em lei e realizadas por meio de políticas públicas do Estado.

³ BONAVIDES, Paulo. Op. cit., p. 570.

⁴ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 289.

O CONTROLE JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Assim, os direitos sociais representam prerrogativas constitucionais indisponíveis. Dentre os citados, destaca-se, para o estudo proposto, o direito à educação.

1.1.1 – DIREITO À EDUCAÇÃO E À EDUCAÇÃO INFANTIL

O direito à educação é, segundo observação de José Luiz Quadros de Magalhães⁵,

[...] um dos mais importantes direitos sociais, pois é essencial para o exercício de outros direitos fundamentais. É a educação instrumento para o direito à saúde e para a proteção do meio ambiente, preparando e informando a população sobre a preservação da saúde e respeito ao meio ambiente. Educação não é apenas o ato de informar. Educação é a conscientização, ultrapassando o simples ato de reproduzir o que foi ensinado, preparando o ser humano para pensar, questionar e criar.

Nesse diapasão, traz consigo alto significado social e inegável valor constitucional, haja vista o disposto no artigo 205 da Lei Fundamental:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A esse respeito, oportuno lembrar a lição de Celso Bastos⁶, para quem:

esse dispositivo possui caráter bifronte, pois, simultaneamente à garantia do direito do povo de receber educação, concede-lhe o direito de exigir essa prestação estatal, como também atribui à própria sociedade o direito de ministrar o ensino.

⁵ MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Direito Constitucional**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000, p. 237.

⁶ BASTOS, Celso. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 482.

À luz do dispositivo legal transcrito, tem-se que o pleno desenvolvimento da pessoa só é possível se tiver, desde a tenra idade, acesso aos bens da vida necessários ao seu progresso físico e mental, ou seja, saúde, alimentação, moradia, apoio familiar e sistema de ensino adequado. Tanto a Constituição como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trazem mandamentos vinculantes à obrigação de tornar efetivo o acesso ao ensino infantil, mormente, em creche e pré-escola.

CF – Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...]

IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

CF – Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. [...]

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

ECA – Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: [...]

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

ECA – Art. 208. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não-oferecimento ou oferta irregular: [...]

III – de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

Convém esclarecer que a Constituição utiliza as palavras “educação” e “ensino” para designar realidades distintas. A primeira indica o processo global de desenvolvimento da pessoa, e a segunda a aquisição de conhecimento formal. A esse respeito, escreve Nina Ranieri⁷:

⁷ RANIERI, Nina Beatriz. **Autonomia Universitária**. São Paulo: Edusp, 2000, p. 168.

O CONTROLE JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Educação [...] constitui o ato ou efeito de educar-se; o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano, visando a sua melhor integração individual e social. Significa também os conhecimentos ou as aptidões resultantes de tal processo, ou o cabedal científico e os métodos empregados na obtenção de tais resultados [...]

[...] Ensino, por sua vez, designa a transmissão de conhecimentos, informações ou esclarecimentos úteis ou indispensáveis à educação; os métodos empregados para se ministrar o ensino, o esforço orientado para a formação ou modificação da conduta humana [...]

Estabelecidos os conceitos de educação e ensino, cumpre agora definir o que são políticas públicas, ou seja, atividades do Estado que se relacionam com as ações dos poderes Legislativo e Executivo para sua previsão e execução, para a realização e o cumprimento dos princípios e objetivos do Estado brasileiro, indicados na Constituição, nos artigos 1º a 4º, dentre os quais destacamos a cidadania e a dignidade da pessoa humana (CF, artigo 1º, II e III), bem como a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a garantia do desenvolvimento social (CF, artigo 3º, I e II). Sobre o assunto, oportuna a lição de Maria Paula Dallari Bucci⁸, para quem políticas públicas são as ações de “coordenação dos meios à disposição do Estado, harmonizando as atividades estatais e privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”.

Uma vez desrespeitado o comando legal para a implementação de políticas públicas, surge a figura do Ministério Público⁹ que, ao atuar como *custus legis*, promoverá ação com

⁸ BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2006, 279.

⁹ Estatuto da Criança e do Adolescente:

Artigo 209. As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou omissão, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores.

o objetivo de obter a tutela jurisdicional para que se dê efetivo cumprimento do direito à educação para a criança.

A Administração Pública não pode se valer de juízos de conveniência e oportunidade com a intenção de descumprir a obrigação de atender à demanda de cada criança a ver-se matriculada em creche ou pré-escola. O direito à educação de crianças de até cinco anos deve ser plenamente atendido. Nesse momento, vale transcrever parágrafo motivador da decisão do AI 677274/SP, cujo entendimento se coaduna com o nosso:

O objetivo perseguido pelo legislador constituinte, em tema de educação infantil, especialmente se reconhecido que a Lei Fundamental da República delineou, nessa matéria, um nítido programa a ser implementado mediante adoção de políticas públicas conseqüentes e responsáveis – notadamente aquelas que visem a fazer cessar, em favor da infância carente, a injusta situação de exclusão social e de desigual acesso às oportunidades de atendimento em creche e pré-escola –, traduz meta cuja não-realização qualificar-se-á como uma censurável situação de inconstitucionalidade por omissão imputável ao Poder Público.

2 – RESERVA DO POSSÍVEL E MÍNIMO EXISTENCIAL

Superada a difícil conjuntura de observância e execução, com o surgimento do Estado Social e as Constituições da segunda metade do século XX, os direitos fundamentais deixaram o caráter programático e adquiriram uma exigibilidade processual protetora e de aplicabilidade imediata.¹⁰ Desse modo, cabe ao Legislativo e ao Executivo a implantação de políticas públicas que garantam a prestação material garantidora da efetividade dos direitos de segunda geração.

Artigo 210. Para as ações cíveis fundadas em interesses coletivos ou difusos, consideram-se legitimados concorrentemente:

I – o Ministério Público; [...]

§ 1º Admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta Lei.

§ 2º Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado poderá assumir a titularidade ativa.

¹⁰ BONAVIDES, Paulo. Op. cit., p. 564.

3.1 – *Reserva do possível*

O Estado, muitas vezes, alega a inexistência de recursos em virtude de limitação orçamentária para justificar o não-cumprimento da sua obrigação constitucional em relação à realização dos direitos sociais. Esquece, todavia, que a tutela das finanças públicas não pode ser vista como um fim em si mesma, uma vez que ele existe para atender às necessidades do ser humano, em todos os seus direitos fundamentais, sejam individuais, sociais ou de solidariedade, e não o contrário.

Essa prestação, persecutória da superação das carências sociais e individuais, traz consigo, como não poderia ser diferente, a necessidade de dispêndio do erário, motivo pelo qual o Estado, por mera conveniência e oportunidade, muitas vezes, busca se eximir da obrigação constitucional, justificando-se por meio do instituto da reserva do possível.

Referida teoria, criada pela doutrina alemã, estabelece que a efetivação dos direitos sociais se condiciona às limitações de ordem econômica, para sustentar a impossibilidade do atendimento integral da necessidade relativa à educação infantil. Essa ideia não pode ter uma aceitação inocente e modesta em nosso ordenamento jurídico, mesmo porque as realidades do Brasil e da Alemanha são completamente diferentes, tanto aquela relativa às questões econômicas quanto sociais, bem como porque nosso país possui peculiaridades que merecem ser analisadas:

Nesse sentido, reconheceu a Corte Constitucional alemã, na famosa decisão sobre “*numerus clausus*” de vagas nas Universidades (“*numerus-clausus Entscheidung*”), que pretensões destinadas a criar os pressupostos fáticos necessários para o exercício de determinado direito estão submetidas à “reserva do possível” (“*Vorbehalt des Möglichen*”).¹¹

¹¹ MENDES, Gilmar Ferreira. *Os direitos fundamentais e seus múltiplos significados na ordem constitucional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_14/direitos_fund.htm>. Acesso em: 27 abr. 2009.

No artigo 212 da Constituição, os constituintes reservaram 18% da receita da União e 25% da receita dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no mínimo, na manutenção e desenvolvimento do ensino¹². Essa receita é entendida como resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

3.2 – *Mínimo existencial*

De acordo com Ricardo Lobo Torres¹³, é possível definir o mínimo existencial como “um direito às condições mínimas de existência humana digna que não pode ser objeto de intervenção do Estado e que ainda exige prestações estatais positivas”. É preciso, no entanto, que o orçamento cumpra metas prioritárias, indispensáveis ao pleno desenvolvimento da pessoa humana, tidas como “mínimo existencial”, independentemente da disponibilidade, ou não, de recursos materiais pelo Estado. Nesse sentido é a advertência do ministro Celso de Mello¹⁴:

Não se mostrará lícito, no entanto, ao Poder Público, em tal hipótese – mediante indevida manipulação de sua atividade financeira e/ou político-administrativa – criar obstáculo artificial que revele o ilegítimo, arbitrário e censurável propósito de fraudar, de frustrar e de inviabilizar o estabelecimento e a preservação, em favor da pessoa e dos cidadãos, de condições materiais mínimas de existência.

A realização da dignidade da pessoa humana não pode depender da existência de disponibilidade financeira ou razoabilidade da pretensão individual. O Judiciário pode e

¹² CF, Artigo 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

¹³ TORRES, Ricardo Lobo. **Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário**. V. III: Os Direitos humanos e a Tributação – Imunidades e Isonomia. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 269.

¹⁴ ADPF 45. Voto do Ministro Celso de Mello. 24/04/2004.

deve garantir o direito de crianças de até cinco anos de idade se verem matriculadas em creche e em pré-escola¹⁵, impondo que os Municípios aloquem os recursos necessários. Para isso, dispõem de orçamento público passível de suplementação de créditos orçamentários ou de remanejamento de recursos destinados às áreas de menor significância para a devida prestação do serviço educacional infantil.

O Poder Executivo se reveste da figura do “violador negativo do texto constitucional” ante o não-atendimento às demandas sociais, no presente caso, a prestação de serviços educacionais infantis, com base na “reserva do possível”.

O mínimo existencial deve ser consagrado com a aplicação dos recursos expressamente previstos na Lei e com a fiscalização do gasto. Simplesmente a omissão é inadmissível, haja vista que falta de recursos financeiros não há – mesmo porque há que ser demonstrada –, mas sim, ao que se percebe, mau gerenciamento deles. A administração pública municipal está diante da concretização de políticas públicas que se traduzem em direitos sociais constitucionalmente garantidos e alicerçados em princípios constitucionais sólidos como a dignidade da pessoa humana, fundamento do Estado brasileiro, previsto no artigo 1º, III da Constituição. A esse respeito, cabe a transcrição de parte do voto do ministro Celso de Mello na decisão relativa à ADPF 45:

Não se ignora que a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais – além de caracterizar-se pela gradualidade de seu processo de concretização – depende, em grande medida, de um inescapável vínculo financeiro subordinado às possibilidades orçamentárias do Estado, de tal modo que, comprovada, objetivamente, a alegação de incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal, desta não se poderá razoavelmente exigir, então, considerada a limitação material referida, a imediata efetivação do comando fundado no texto da Carta Política.

¹⁵ Nesse sentido, ADPF 45/DF - Rel Ministro Celso de Mello - Informativo/STF nº 345/2004.

Não se mostrará lícito, contudo, ao Poder Público, em tal hipótese, criar obstáculo artificial que revele – a partir de indevida manipulação de sua atividade financeira e/ou político-administrativa – o ilegítimo, arbitrário e censurável propósito de fraudar, de frustrar e de inviabilizar o estabelecimento e a preservação, em favor da pessoa e dos cidadãos, de condições materiais mínimas de existência.¹⁶

3 – O CONTROLE JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Poder Judiciário, em face da inação do Poder Executivo em efetivar políticas públicas necessárias ao atendimento dos direitos sociais, deve, munido de seu habitual zelo, fazer cumprir os encargos político-jurídicos que sobre este pairam, com aspecto mandatário. A esse respeito, entende Marcelo Novelino¹⁷:

[...] os tribunais têm, não apenas a faculdade, mas o dever de desenvolver e evoluir o texto constitucional em função das exigências do presente. Cabe-lhes descobrir os valores consensuais existentes no meio social e projetá-los na tarefa interpretativa. Sagués observa que esta compreensão se associa ao chamado “ativismo judicial”, doutrina que confere ao Judiciário um protagonismo decisivo nas mudanças sociais e na incorporação de novos direitos constitucionais aos já existentes, partindo do pressuposto de que esse Poder, em geral, seria o mais habilitado à função de plasmar em normas os atuais valores da sociedade.

Corroborando esse entendimento Andreas Joachim Krell, citado pelo autor¹⁸, ao observar que:

[...] a apreciação dos fatores econômicos para uma tomada de decisão quanto às possibilidades e os meios de efetivação desses direitos cabe, principalmente, aos governos e parlamentos. Em princípio, o Poder Judiciário não deve intervir em esfera

¹⁶ Idem.

¹⁷ NOVELINO, Marcelo. Op. cit., p. 73.

¹⁸ NOVELINO, Marcelo. Op. cit., p. 374.

O CONTROLE JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

reservada a outro Poder para substituí-lo em juízos de conveniência e oportunidade, querendo controlar as opções legislativas de organização e prestação, a não ser, excepcionalmente, quando haja uma violação evidente e arbitrária, pelo legislador, da incumbência constitucional. No entanto, parecemos cada vez mais necessária a revisão do vetusto dogma da separação dos Poderes em relação ao controle dos gastos públicos e da prestação dos serviços básicos no Estado Social, visto que os Poderes Legislativo e Executivo no Brasil se mostraram incapazes de garantir um cumprimento racional dos respectivos preceitos constitucionais.

O Poder Judiciário pode e deve garantir a efetivação dos direitos sociais, impondo que a administração pública aloque os recursos necessários para seu cumprimento.

CONCLUSÃO

A sociedade brasileira tem enfrentado situações difíceis relativamente à educação infantil, direito de todos e obrigação do Estado, conforme preceitua o artigo 208, inciso IV, da Lei Maior, subdivisão de outro direito social: o direito à educação como um todo, prevista no artigo 205 do mesmo Diploma Legal. Diuturnamente, tomamos conhecimento do descaso com que os sujeitos de direitos sociais, em especial a educação infantil, objeto deste trabalho, são tratados, os quais não têm condições de ser matriculados em creches ou em pré-escolas, configurando um abandono calcado em conjecturas de quem tem o dever de protegê-los. Falta de edificações de creches e de pré-escolas, bem como de profissionais qualificados e material didático, são apenas alguns exemplos das deficiências existentes.

É grande a quantidade de mães carentes, necessitadas da prestação do serviço educacional para seus filhos de até cinco anos de idade, que, por não terem recursos suficientes para pagar uma creche ou pré-escola infantil particular, procuram a administração pública municipal para conseguir vaga a fim de matricular suas crianças e poder, assim, trabalhar para

auferir o mínimo necessário de renda que custeie a sua subsistência e a de suas famílias.

Em face de todo o apresentado, conclui-se que o problema da falta de vagas em creches e pré-escola para crianças de até cinco anos, especificamente no município de São Paulo, tendo em conta o acórdão ora analisado, somente será resolvido se houver vontade política, gerenciamento orçamentário eficiente, competência administrativa e gestão íntegra dos recursos.

É cediço que a prerrogativa de formular e executar políticas públicas é função primária do Legislativo e do Executivo; todavia, excepcionalmente, é absolutamente cabível que o Poder Judiciário determine que tais políticas sejam implantadas ante a inação dos outros poderes, caracterizada pelo descumprimento dos encargos sob sua responsabilidade, comprometendo, assim, ante sua omissão ou incompetência, a eficácia e a integridade dos direitos sociais.

Não se trata de judicializar a administração pública ou de se ter o Poder Judiciário como administrador. Todos devem cumprir a lei, e, diga-se de passagem, no presente caso se trata da Constituição; este é também o entendimento de nossa Suprema Corte.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Camila. *O que se entende por direito à educação infantil?* Disponível em: <http://www.lfg.com.br/public_html/article.php>. Acesso em 22 abr. 2009.

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e Aplicação da Constituição**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. **O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas**: limites e possibilidades da Constituição Brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional**: teoria do Estado e da Constituição, Direito Constitucional Positivo. 11. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

O CONTROLE JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

LEAL, Bruno Bianco; GALVÃO, Bruno Haddad e SPINARDI, Marcelo Gatto. *Reserva do possível*. Disponível em: <<http://www.sosconcurseiros.com.br>>. Acesso em: 26 abr. 2009.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Direito Constitucional**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Os Direitos Fundamentais e seus múltiplos significados na ordem constitucional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_14/direitos_fund.htm>. Acesso em: 27 abr. 2009.

NOVELINO, Marcelo. **Direito Constitucional**. 3. ed. São Paulo: Método, 2009.

RANIERI, Nina Beatriz. **Autonomia Universitária**. São Paulo: Edusp, 2000.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.